

Texto GT ANSC - Eixos políticos para avançar na reconstrução democrática da alimentação e nutrição em saúde coletiva

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) - 1999/2011 - integra o Sistema Único de Saúde (SUS) no propósito de melhoria das condições de alimentação e nutrição (A&N) da população brasileira. Para a sua implementação, a PNAN se baseia em princípios e diretrizes norteadores da agenda institucional de A&N no setor Saúde, em articulações intersetoriais resultantes da construção histórica de um conjunto de políticas públicas voltadas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA).

O cenário político nacional dos últimos quatro anos, de um governo autocrático, de caráter fascista e centrado em políticas neoliberais, resultou em sérios desmontes das políticas públicas, dentre elas o SUS e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), fragilizando os marcos institucionais fundantes dos direitos à saúde e à A&N. Expressão disso foi a supressão de canais de diálogo com organizações da sociedade civil, enfraquecendo a participação social, com reflexos nos processos decisórios governamentais. Apesar das adversidades, algumas organizações permaneceram politicamente atuantes, denunciando os desmontes e construindo proposições estratégicas para a agenda pública.

No momento atual, de retomada democrática do País, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), por intermédio do Grupo Temático de Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva (GT ANSC - Abrasco), soma-se aos esforços coletivos engajados no enfrentamento da fome e da insegurança alimentar e nutricional (InSAN), e em prol da promoção da alimentação adequada e saudável (AAS), destacando diretrizes e temáticas do campo da A&N, portanto, intersetoriais, apresentadas como estratégicas frente aos novos arranjos de governança.

A fome e a InSAN no Brasil historicamente revelam as contradições da particularidade brasileira no interior da ordem capitalista global. Os meios de enfrentamento desse grave quadro demandam articulação às causas estruturantes do problema. Ainda, a garantia dos direitos de cidadania é condição precípua do Estado para a superação desse *status quo*. Neste sentido, o SUS está diretamente envolvido, não somente para lidar com os impactos desses fenômenos, mas, sobretudo, pelo compromisso de assegurar o acesso universal e integral à saúde.

Com vistas à **cooperação e à articulação para a Segurança Alimentar e Nutricional**, é imprescindível que o setor Saúde integre os esforços para a definição de estratégias de erradicação da fome e de superação da InSAN, anunciadas como prioridades pelo presidente eleito, seja lidando com os impactos desses fenômenos, seja, principalmente, pela potência da Atenção Primária à Saúde (APS), em ações articuladas para promoção e proteção da AAS.

Além disso, é essencial o compromisso com a produção de evidências científicas e o aprimoramento dos sistemas de informação, pelo acompanhamento e monitoramento da situação de saúde e de A&N nos territórios, municípios e grupos populacionais brasileiros. Frise-se que a PNAN carrega um compromisso histórico de apoio e articulação de programas e ações intersetoriais para o cumprimento do direito à alimentação adequada e saudável.

Alguns princípios da PNAN apontam questões emergentes e éticas do contexto sócio-político vigente. **A alimentação é um aspecto complexo da humanização das práticas em saúde** e as relações sociais que ela proporciona fazem emergir a diversidade, as desigualdades, as relações de poder e, assim, as **intersecções de gênero, raça e classe** revelam diferentes subjetividades e iniquidades do comer em sociedade. Os agravos relativos à alimentação e nutrição da população brasileira são objeto de preocupação de corpos que reivindicam voz e espaço político, a exemplo de povos originários, quilombolas, mulheres pretas e população LGBTQI+, dado seu caráter coletivo e por serem passíveis de prevenção pela incidência de políticas públicas na área.

Neste sentido, o 13o. Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva da Abrasco, que ocorreu em novembro de 2022 em Salvador, foi um espaço marcante para essa escuta. Somos o que comemos? Comer com quem? Cozinhar para quê? Quem é a outra/o que cozinha? Que impactos a produção de alimentos traz ao planeta? **O respeito à diversidade e às culturas alimentares** nos chama a pensar também sobre **soberania alimentar, mudanças climáticas e patrimônio cultural**. Como reconhecer a importância das culturas no contexto de integralidade da atenção alimentar e nutricional?

Para a **qualificação da integralidade de atenção** são essenciais a existência de mecanismos indutores de fomento e o **exercício da inter e multiprofissionalidade**, como meios de inserção permanente dos distintos profissionais de saúde no SUS. Os **Núcleos Ampliados de Saúde da Família - NASFs** - são parte desses espaços de atenção, prática e cuidado em saúde e devem ser reafirmados e incorporados à Estratégia de Saúde da Família (ESF), na lógica do matriciamento e do planejamento de ações de Promoção da Saúde. É urgente resgatar e fortalecer os NASF, integradamente ao conjunto de ações da Política Nacional da Atenção Básica/SUS, que sofreu um profundo golpe com as mudanças no modelo de financiamento (PREVINE Brasil, 2019) no SUS.

Olhar os desafios da agenda de A&N do SUS, para além daqueles relativos à gestão federal, se faz necessário. Isso porque se não houver inflexão no modelo de gestão da APS, inexistirá ação programática capaz de responder a esse cenário. Cabe ainda destacar a necessidade de retomar as iniciativas do Ministério da Saúde em cooperação com o Ministério da Educação mirando fortalecer os processos de formação profissional, aliados às estratégias de educação permanente. É desafio estrutural que os profissionais estejam aptos a atuar na perspectiva da determinação social da saúde e suas consequências nos modos de viver e ser da sociedade contemporânea.

Exemplos do engajamento da sociedade civil organizada na promoção de políticas estratégicas para a agenda pública foram o reconhecimento dos **Guias Alimentares** como indutores de políticas nos

últimos anos, frente aos ataques corporativos do setor privado comercial. Quando segmentos do mercado se manifestaram contrariamente, disseminando informações falsas para desqualificar o processo de formulação e validação acadêmica dos Guias, houve mobilizações nacionais e internacionais em defesa destes.

Dar consequência a essas estratégias e prosseguir no diálogo intersetorial, parece ser o caminho para avançar frente aos desafios urgentes e estruturais. Entre estes, é crucial que o SUS incorpore o enfrentamento do colapso climático e suas relações com o sistema alimentar hegemônico, no planejamento estratégico de vigilância ambiental e de ações programáticas, em diálogo com a rede de atenção à saúde. Desse modo, incorporar a Agroecologia e a Produção Orgânica às estratégias de Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional, são passos importantes para a **Promoção da Alimentação Adequada e Saudável**.

Ainda nesta perspectiva, medidas regulatórias que coíbam as más práticas das corporações transnacionais, como: regulação da publicidade dirigida ao público infantil, tributação de bebidas açucaradas, rotulagem nutricional frontal de advertência nas embalagens de produtos ultraprocessados, regulação de ambientes alimentares e proteção do aleitamento materno, com plena implementação da NBCAL, são essenciais que retornem aos espaços de pactuação do SUS, pautados nas agendas dos conselhos de participação social, bem como no debate público com a sociedade.

Essas ações devem ser integradas a outras medidas facilitadoras do acesso a alimentos saudáveis, em parceria com os movimentos sociais, como: código sanitário incluyente, compras públicas de alimentos oriundos da agricultura familiar e estratégias de abastecimento que garantam alimentos saudáveis a preços justos nas periferias, estimulando circuitos territoriais e curtos de produção: feiras populares, Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) e Comunidades Agroecológicas do Bem Viver. Ademais, os aprendizados reunidos pelas experiências de colaboração e iniciativa provenientes da organização de equipamentos sociais como as Cozinhas Solidárias do MTST, devem ser incorporados ao processo de planejamento (medidas estruturantes) de políticas públicas de combate à Fome e à Insegurança Alimentar e Nutricional.

A participação social no contexto da alimentação e nutrição em saúde coletiva compõe diretrizes da PNAN em espaços dos Conselhos e das Conferências, como instâncias de interlocução com a sociedade. É mais do que oportuno que se fortaleça a Comissão Intersectorial de Alimentação e Nutrição (CIAN) do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e que seja desenvolvida uma estratégia consistente para a criação de espaços similares nos conselhos estaduais e municipais. Igualmente, com a reinstalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), a representação da saúde, tanto governamental como da sociedade civil organizada, precisa ser fortalecida do âmbito federal ao municipal.

Vale salientar que, desde 2019, com a extinção do CONSEA e o desmantelamento de políticas e programas, com aumento da pobreza e da fome, a participação social foi impulsionada pela chegada de

novos atores na agenda de mobilização. A Vigilância Popular em Saúde (VPS) vem se organizando como um espaço de comunicação, uma ação de intervenção comunicativa em duplo sentido, da informação para ação e da ação para informação. A chave estruturante da VPS é a conexão entre a comunidade e os profissionais da saúde, para a produção conjunta de informações dos problemas do território, de forma a orientar as estratégias de intervenção e de comunicação.

À revelia da extinção do CONSEA Nacional pelo ex-presidente Bolsonaro, o ativismo alimentar ganhou espaço e adesão de segmentos relacionados à alimentação coletiva e aos restaurantes, tais como cozinheiras e cozinheiros, jovens, mulheres, agricultores e agricultoras, entre outros que protagonizaram o início de uma rede de incidência em atos políticos em defesa da comida de verdade, entre eles a Rede Banquetaço.

Por fim, os importantes resultados alcançados entre os anos 2000 e início dos 2010 indicam que somente será possível enfrentar problemas complexos na saúde e na vida das pessoas, como todas as formas de má nutrição e pobreza, a partir de ações articuladas e socialmente comprometidas. Os retrocessos profundos ocorridos a partir de 2015, igualmente, confirmam que nenhuma mudança será sustentável se não forem articuladas medidas de caráter emergencial a transformações estruturais. Assim, é primordial evidenciar a centralidade da articulação das agendas programáticas das ações do SUS com o SISAN, a ser reconstituído com a reorganização do CONSEA, assim como da Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição (CAISAN), em diálogo com o conjunto de ministérios que incidem (ou devem incidir) sobre para a realização do DHAA.

Reitera-se que é fundamental que o problema da fome e as demais prioridades alimentares e nutricionais sejam pensados integradamente à agenda climática e ambiental, uma vez que as estratégias para sua solução não podem gerar impactos ambientais. O modelo de produção convencional do Agronegócio, que inclui um pacote tecnológico com uso intensivo de agrotóxicos, é predatório e produz impactos negativos para todos/as/es. Segundo o relatório da Revista Científica Lancet (2019), vivemos uma Sindemia Global de três pandemias: obesidade, desnutrição e mudanças climáticas, com causalidades interdependentes e uma raiz comum, os sistemas alimentares.

A superação dos desafios que envolvem a alimentação e a nutrição no cenário nacional e internacional contemporâneo demanda estratégias sistêmicas que incidam de forma integrada sobre os fatores condicionantes (políticos, econômicos, psicossociais). Demanda, particularmente, afetar os determinantes sociais e comerciais da saúde e nutrição, que acentuam as desigualdades de acesso à alimentação adequada e saudável. Respostas deste tipo buscam transformações que, simultaneamente, amenizem os sintomas mais imediatos de um cenário alimentar e nutricional dramático e que fortaleçam práticas capazes de regenerar os sistemas alimentares, como as agroecológicas.

A construção de respostas social, ambiental, política e economicamente sustentáveis impõe a pactuação e o envolvimento dos diversos setores governamentais e de organizações da sociedade civil

que, historicamente, vem construindo estratégias de resistência e proposições em defesa de políticas públicas garantidoras de direitos. Organizações da sociedade civil reafirmam como os problemas de saúde e nutrição estão associados aos modos de produção, comercialização e acesso alimentar - com o uso de agrotóxicos, a concentração produtiva de terras e que favorecem o consumo de produtos ultraprocessados, - determinados por condicionantes estruturais, sociais, ambientais e comerciais. São fatores interligados que se potencializam, corroborando as desigualdades, a morbimortalidade e a má nutrição.

Portanto, mais do que nunca, é necessário reconhecer a relevância de estratégias não fragmentadas e de um planejamento que considere os impactos de curto, médio e longo prazos das políticas públicas, para que as respostas aos problemas agudos não ocorram em detrimento dos históricos problemas crônicos da sociedade brasileira e seus condicionantes.